

Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório

- O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha

Giovanni Alves¹

“Você não é seu emprego”

David Fincher, *Fight Club*, 1999

Nosso objetivo é apresentar algumas reflexões críticas sobre a morfologia social do trabalho que emerge a partir dos novos locais de trabalho reestruturados. Deste modo, buscaremos identificar o novo caráter da precarização do trabalho que surge com a nova precariedade salarial vigente no capitalismo global. Salientamos a precarização do trabalho não apenas na dimensão do trabalho enquanto força de trabalho como mercadoria, mas sim, a precarização do trabalho na dimensão do homem que trabalha enquanto ser humano-genérico capaz de dar respostas ao movimento do capital. Enfim, redefiniremos o conceito de precarização do trabalho enquanto experiência humana de individualidades pessoais de classe num determinado contexto histórico-concreto: o contexto histórico do capitalismo manipulatório.

A literatura sociológica que discute as metamorfoses do mundo do trabalho tem tratado a precarização do trabalho como sendo o movimento de desconstrução da relação salarial constituída no período histórico do capitalismo do pós-guerra. Assim, ela teria um sentido objetivo de perda da razão social do trabalho por conta de mudanças na ordem salarial que implicariam na perda (ou corrosão) de direitos do trabalho. Nesse caso, a precarização do trabalho seria entendida como o desmonte de

¹ Giovanni Alves é doutor em ciências sociais pela UNICAMP, livre-docente em sociologia e professor da UNESP - Campus de Marília, pesquisador do CNPq. É coordenador da Rede de Estudos do Trabalho (RET) – www.estudosdotrabalho.org. e do Projeto Tela Crítica (www.telacritica.org). Home-page: www.giovannialves.org.

formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria. A vigência do novo capitalismo flexível, com o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível, seriam consideradas formas de precarização da força de trabalho.

Neste ensaio tentaremos redefinir o conceito de precarização do trabalho a partir da redefinição do significado do conceito de força de trabalho como mercadoria e trabalho vivo. Isto é, as individualidades pessoais de classe, homens e mulheres que trabalham, podem ser apreendidas tanto como mera (1) força de trabalho como mercadoria; ou como (2) trabalho vivo no sentido de ser humano-genérico.

Ao utilizar a expressão “homem que trabalha”, Lukács salienta a cisão histórico-ontológica que constitui as individualidades pessoais de classe. No capitalismo, o trabalhador assalariado é, por um lado, força de trabalho como mercadoria; e por outro lado, ser humano-genérico (o que denominamos trabalho vivo, na medida em que o homem, na perspectiva ontológica, é um animal que se fez homem através do trabalho).

Deste modo, a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também, “precarização do homem que trabalha”, no sentido de desefetivação do homem como ser genérico. O que significa que o novo metabolismo social do trabalho implica não apenas tratar de novas formas de consumo da força de trabalho como mercadoria, mas sim, novos modos de (des)constituição do ser genérico do homem. A nova redefinição categorial do conceito de precarização do trabalho contribuirá para expor novas dimensões das metamorfoses sociais do mundo do trabalho, salientando, nesse caso, a dimensão da barbárie social contida no processo de precarização do trabalho nas condições da crise estrutural do capital.

Dimensões da Precarização do Trabalho

| |
|---|
| Precarização do trabalho: trabalho vivo = força de trabalho como mercadoria |
| Precarização do homem que trabalha: trabalho vivo = ser humano-genérico |

A nova precariedade salarial, ao alterar a dinâmica da troca metabólica entre os espaço-tempo de vida e espaço-tempo de trabalho, em virtude da “desmedida” da jornada de trabalho, corrói o espaço-tempo de formação de sujeitos humano-genéricos, aprofundando, deste modo, a auto-alienação do homem que trabalha. Nesse caso,

transfigura-se a cotidianidade de homens e mulheres que trabalham, com a redução da vida pessoal à mero trabalho assalariado (o que trataremos mais adiante como sendo a redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria).

Por outro lado, a incerteza e instabilidade das novas modalidades de contratação salarial e a vigência da remuneração flexível alteram, do mesmo modo, a troca metabólica entre o homem e os outros homens (a dimensão da sociabilidade); e entre o homem e si-próprio (a dimensão da auto-referência pessoal). Deste modo, a precarização do trabalho e a precarização do homem que trabalho implicam a abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de auto-referência pessoal.

A idéia de “crise” implica riscos e oportunidades de respostas (ou resistências) capazes de obstaculizar o movimento do capital como sujeito abstrato. É importante salientar que o processo de “precarização do trabalho” decorre da crise estrutural do capital, que pode ser tratada tanto como (1) “processo crítico de formação de valor” (crise de valorização do valor), o que explica, deste modo, o complexo reestruturativo da produção do capital nas últimas décadas de capitalismo global, visando constituir novas condições para a exploração da força de trabalho assalariado; e a vigência da financeirização da riqueza capitalista com a presença hegemônica do capital especulativo-parasitário; quanto (2) “processo crítico de (de)formação humano-social” (crise do humano), com a incapacidade do sistema do capital realizar as promessas civilizatórias contidas no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

1. A nova morfologia social do trabalho

A partir do processo reestruturativo do capitalismo global emerge uma nova precariedade salarial que implica uma nova morfologia social do trabalho. Altera-se o modo de ser do trabalho assalariado nas empresas reestruturadas. O traço principal da nova condição salarial é seu caráter flexível. Na verdade, após um turbilhão de inovações tecnológico-organizacionais nas últimas décadas, a nova empresa capitalista aproxima-se daquilo que os teóricos europeus do mundo do trabalho, no começo da década de 1990, descreviam como sendo a empresa flexível, fluida e difusa (BIHR, 1998). O termo “flexível” tornou-se a caracterização predominante do novo empreendimento capitalista nas últimas décadas do século XX. “Flexibilidade” e “Flexibilização” tornaram-se palavras para descrever as novas tendências do trabalho no

século XXI (TOFFLER, 1985; BOYER, 1988). David Harvey caracteriza o novo regime de acumulação capitalista como sendo o regime da “acumulação flexível” (HARVEY, 1992). Para Richard Sennett, o novo capitalismo é um capitalismo flexível (SENNETT, 1999, 2006).

Sob a era da mundialização do capital, a partir da Quarta Revolução Tecnológica, caracterizada pela revolução informacional (ALVES, 2007), e sob a ofensiva neoliberal, que caracterizou as últimas décadas do século XX, a categoria da “flexibilidade” se desdobrou e adquiriu múltiplas determinações no interior do processo de trabalho capitalista, assumindo, deste modo, novas proporções, intensidade e amplitude. A flexibilidade torna-se, no sentido geral, um atributo da própria organização social da produção, assumindo uma série de particularizações concretas, com múltiplas (e ricas) determinações. Por exemplo, Salerno salienta oito dimensões da flexibilidade – a flexibilidade estratégica, flexibilidade de gama, de volume, de adaptação sazonal, de adaptação a falhas, de adaptação a erros de previsão, flexibilidade social intra-empresa e flexibilidade social extra-empresa (SALERNO, 1995)). Entretanto, é a flexibilidade da força de trabalho, isto é, aquela flexibilidade relativa à legislação e regulamentação social e sindical, que continua sendo estratégica para a acumulação do capital. Por exemplo, um aspecto muito discutido é o que diz respeito à flexibilidade nos contratos de trabalho, ou seja, a possibilidade de variar o emprego (volume), os salários, horários e o local de realização do trabalho dentro e fora da empresa (por exemplo, mudança de linha dentro de uma fábrica, ou mesmo mudança entre fábricas). Ou ainda, aquela relativa aos regulamentos internos, à representação sindical interna, ao sistema de remuneração e a recompensas, etc. (SALERNO, 1995).

Portanto, a flexibilidade da força de trabalho expressa a necessidade imperiosa de o capital subsumir, ou ainda, submeter e subordinar, o trabalho assalariado à lógica da valorização, através da perpétua sublevação da produção (e reprodução) de mercadorias, inclusive, e principalmente, da força de trabalho. É por isso que a “acumulação flexível” se apóia, principalmente, na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho e ainda, dos produtos e padrões de consumo. É a flexibilidade do trabalho, compreendida como sendo a plena capacidade de o capital tornar domável, complacente e submissa a força de trabalho, que irá caracterizar o “momento predominante” do complexo de reestruturação produtiva. É por isso que o debate sobre a flexibilidade é vinculado às características atribuídas ao chamado

“modelo japonês” ou, mais precisamente, como salientaremos, ao modo “toyotista” de organização e gestão da produção (ALVES, 2000, 2007).

Na verdade, o trabalho flexível impõe-se como principal característica do novo e precário mundo do trabalho. O que nos interessa salientar são os impactos do trabalho flexível sobre a cotidianidade do homem que trabalha. É o foco sobre as experiências pessoais das individualidades pessoais de classe que expõe a dimensão da precarização do homem que trabalha. Enfim, torna-se importante descrever e analisar as alterações do metabolismo social do trabalho nas condições do capitalismo flexível.

Nesse caso, operários e empregados do novo mundo do trabalho reestruturado encontram-se diante de uma condição salarial determinada (e determinante), no sentido de modo de organização e regulação do trabalho assalariado, que possui, em breves traços, as seguintes características (utilizaremos, para ilustrar, em alguns momentos, traços do novo metabolismo social do trabalho na década de 2000 no Brasil):

1. A presença ostensiva de um complexo de máquinas informacionais nos locais de trabalho reestruturados e na vida cotidiana dos jovens operários e empregados. Os ambientes de trabalho reestruturados são compostos por um sistema de máquinas flexíveis, de natureza informacional, isto é, máquinas inteligentes incorporadas a redes digitais que exigem dos novos operadores habilidades técnico-comportamentais. Por isso, mais do que nunca torna-se visível alterações no perfil educacional dos novos empregados nas grandes empresas da indústria ou serviços. O novo arcabouço tecnológico exige uma força de trabalho compatível com as exigências operacionais do novo maquinário. O discurso da competência implica novas capacidades operativas advindas das novas rotinas do trabalho flexível. Máquinas flexíveis exigem homens e mulheres flexíveis em suas capacidades de intervenção na produção. É o princípio toyotista da “autonomização”, isto é, operadores capazes de intervir no processo de produção visando resolver problemas ou dar palpites para otimizá-lo. Segundo analistas sociais, uma das características da “geração Y”, constituída por jovens nascidos na “era da Internet”, contemporâneos da revolução digital e que na década de 2000 entram no mercado de trabalho, é a facilidade e uso constante de mídias informacionais. Dizem os autores que os jovens da “geração digital” são especialistas em lidar com tecnologias, usam mídias sociais com facilidade, sabem trabalhar em rede e estão sempre conectados (TAPSCOTT, 2010).

2. Ao lado do novo arcabouço tecnológico de cariz informacional, tanto nas instâncias do consumo quanto da produção, temos a presença nos locais de trabalho

reestruturados, de novos métodos de gestão e organização da produção visando adaptar homens e mulheres às novas rotinas do trabalho. Sob o novo capitalismo vive-se a “era da gestão das pessoas”. Sob o espírito do toyotismo, o discurso da organização do trabalho incorpora um novo léxico: trabalhadores assalariados, operários ou empregados tornam-se “colaboradores”. Deve-se esvaziar o discurso do conflito ou luta de classes. Exige-se dos jovens “colaboradores” atitudes pró-ativas e propositivas, capazes de torná-los membros da equipe de trabalho que visa cumprir metas. A idéia de gestão de pessoas implica disseminar valores, sonhos, expectativas e aspirações que emulem o trabalho flexível. Não se trata apenas de administrar recursos humanos, mas sim, de manipular talentos humanos, no sentido de cultivar o envolvimento de cada um com os ideais (e idéias) da empresa. A nova empresa capitalista busca portanto, homens idealistas, no sentido mediano da palavra. Por isso, a ânsia pela juventude que trabalha, tendo em vista que os jovens operários e empregados têm uma plasticidade adequada às novas habilidades emocionais (e comportamentais) do novo mundo do trabalho.

3. Os locais de trabalho reestruturados expõem a intensa transfiguração do trabalhador coletivo do capital. A nova empresa exige novos operários e empregados. Por isso, o *downsizing* possui um sentido de renovar as capacidades anímicas da acumulação de capital nos locais de trabalho. O processo de reestruturação produtiva é não apenas um processo de inovação tecnológico-organizacional, mas também um processo de reestruturação geracional dos coletivos de trabalho nas empresas. A mudança geracional dos coletivos de trabalho ocorre por meio de demissões ou, como se mostrou menos traumático, o incentivo a aposentadorias ou demissões voluntárias (os denominados PDV's - Programas de Demissões Voluntárias). Os PDV's tornaram-se práticas recorrentes como instrumento de renovação administrada dos coletivos de trabalho. Um dos traços marcantes dos coletivos de trabalho reestruturados na indústria e serviços é a mudança geracional com a presença ampla de jovens empregados contratados, por exemplo, no decorrer da década de 2000. No caso do Brasil, após a onda reestruturativa da década de 1990, renovam-se os coletivos laborais nas grandes empresas reestruturadas. Eles não apenas se renovam, mas se diversificam internamente no tocante às formas de implicações contratuais. Operários ou empregados estáveis convivem, lado a lado, com operários ou empregados temporários e precários. Na verdade, altera-se o modo de ser do trabalhador assalariado e seu nexó psicofísico com a produção do capital, ampliando-se, como inovação sociometabólica do capital, a “captura” da subjetividade do trabalho pelos valores empresariais (ALVES, 2008).

Portanto, o novo *habitat* do trabalho flexível que emerge na década de 2000 é uma construção sócio-institucional. Ele diz respeito não apenas a mutações tecnológico-organizacionais das empresas capitalistas no cenário da terceira revolução industrial e mundialização do capital; mas também a alterações nas relações de trabalho operadas pelo Estado neoliberal.

Metabolismo social do novo (e precário) mundo do trabalho

A nova precariedade salarial

(década de 2000)

| |
|---|
| <i>Complexo de máquinas informacionais</i> A rede digital permeando trabalho, cotidiano e consumo (geração y) |
| <i>Novos métodos de gestão e organização do trabalho</i> (espírito do toyotismo e “captura” da subjetividade da força de trabalho) |
| <i>Coletivos geracionais híbridos do trabalho reestruturado</i> Planos de demissão voluntária e <i>downsizing</i> |
| <i>Novas relações flexíveis de trabalho</i> novas forma de contratação, remuneração salarial e jornada de trabalho |

Portanto, além do novo arcabouço técnico-organizacional do capital, com suas novas máquinas informacionais, novos métodos de gestão de pessoas e os novos locais de trabalho reestruturados com seu novo perfil etário-geracional, temos alterações das relações de trabalho que contribuiram para mudanças substantivas no metabolismo social do trabalho. Isto é, os novos operários e empregados dos locais de trabalho reestruturados prostram-se diante da nova condição salarial que incorpora a adoção da remuneração flexível (PLR), jornada de trabalho flexível (banco de horas), contrato de trabalho flexível (contrato por tempo determinado e tempo parcial, além da terceirização).

As novas relações flexíveis de trabalho promovem mudanças significativas no metabolismo social do trabalho tendo em vista que alteram a relação “tempo de vida/tempo de trabalho” e alteram os espectros da sociabilidade e auto-referência pessoal, elementos compositivos essenciais do processo de formação do sujeito humano-genérico. São as relações flexíveis do trabalho que instauram a nova condição

salarial que põem novas determinações no processo de precarização do homem que trabalha.

- A nova condição salarial e a precarização do homem que trabalha

O complexo de novas determinações da condição salarial salientados acima, altera um dos traços candentes da cotidianidade laboral: a relação tempo de vida/tempo de trabalho. Enfim, constitui-se uma nova estrutura da vida cotidiana de homens e mulheres que trabalham. Por exemplo, a flexibilização da jornada de trabalho por meio do banco de horas, coloca o operário ou empregado como “homem inteiro”, à disposição da dinâmica laboral do capital. Como observam Capela, Neto e Marques, “o empregador pode sobre-explorar sua força de trabalho nos momentos de alta produção, sem remunerar o trabalhador, compensando com folgas as horas trabalhadas em excesso nos momentos de baixa produção.” (CAPELAS, NETO E MARQUES, 2010). O tempo de vida é colonizado, mais ainda, deste modo, pelo tempo de trabalho. A adoção da remuneração flexível (PLR), além de contribuir para pulverizar as negociações no âmbito da empresa, enfraquecendo o poder de barganha dos trabalhadores, condiciona a remuneração do trabalhador ao seu desempenho e ao da empresa. Como observam ainda Capela, Neto e Marques, “o trabalhador passou a confundir o interesse da firma com o seu, o que permitiu que sua força de trabalho sofresse maior exploração.” (CAPELAS, NETO E MARQUES, 2010) Na verdade, a adoção de remuneração flexível justifica, no plano legal, a busca de cumprimento de metas, condição necessária para a obtenção de melhor desempenho das empresas. Torna-se um importante campo de investigação sociológica a natureza da reverberação das novas implicações salariais discriminadas acima (tempo de vida subsumido a tempo de trabalho e pressão para cumprimento de metas) sobre a vida cotidiana dos novos empregados e operários. O aumento significativo dos problemas psicossociais e de saúde do trabalhador na década de 2000 têm um nexos causal com a nova precariedade do trabalho descrita acima.

Além disso, o jovem operário e empregado do novo (e precário) mundo do trabalho encontra um novo arcabouço legal de contratos de trabalho flexível que expõem a exacerbação da intermitência da contingência salarial. Por exemplo, no Brasil, as medidas de flexibilização das relações de trabalho na década de 1990 levaram a criação do contrato de trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho por tempo parcial, além da lei da terceirização, colocando um menu de opções flexíveis para a

exploração da força de trabalho. Assim, cresce nos locais de trabalho das grandes empresas, formas instáveis do salariedade, isto é, novas modalidades especiais de contrato de trabalho na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), com mudanças no plano dos direitos e na forma de contratação do trabalho..

Este novo e precário mundo do trabalho no Brasil que se amplia no decorrer da década de 2000, é perceptível nos locais de trabalho reestruturados das grandes empresas que foram transfigurados com a inserção de operários e empregados subsumidos às novas condições salariais descritas acima no tocante a remuneração salarial, jornada de trabalho e alguns deles vinculados a novas modalidades especiais de contrato de trabalho na CLT (com implicações, é claro, no plano da negociação coletiva de cada categoria assalariada). Além disso, como destacamos, os jovens operários e empregados estão subsumidos aos novos padrões de produção, organização do trabalho e métodos de gestão e da própria perspectiva de carreira e de inserção no mercado de trabalho, em virtude do desemprego aberto que embora na década de 2000 tenha observado uma curva descendentes, mantém-se em patamares elevados nas metrópoles, principalmente entre os jovens (a taxa de *desemprego entre os jovens* elevou-se de 11,9% para 17,0% entre 1992 e 2007) (OIT, 2009).

Deste modo, surge um novo trabalhador coletivo nas grandes empresas da indústria e dos serviços, caracterizando a nova precariedade salarial com implicações no metabolismo social do trabalho e portanto na vida cotidiana de homens e mulheres que trabalham. Sob a ótica do mercado do trabalho, a nova precariedade salarial se apresenta com a proliferação de trajetórias laborais intermitentes no núcleo moderno do salariedade no Brasil. Por conta da flexibilização das relações de trabalho, amplia-se a presença do “trabalhador precário” nos coletivos laborais no Brasil, uma experiência de precariedade que não diz respeito tão-somente ao vínculo empregatício (trabalho-emprego), mas também às relações de sociabilidade (trabalho-vida), como observamos no tocante às alterações da forma de remuneração e jornada de trabalho. O que coloca a necessidade de uma nova percepção da idéia de precariedade (e precarização) ainda vinculadas à relação trabalho-emprego. E pior: uma relação trabalho-emprego caracterizada apenas pela quantidade (e não pela qualidade) dos empregos formais criados no mercado de trabalho.

- Nova morfologia social do trabalho

A vigência das relações de trabalho flexíveis instaura uma nova condição salarial caracterizada pela mudança abrupta da relação tempo de vida/tempo de trabalho (jornada de trabalho flexível); relação tempo presente/tempo futuro com a ascensão das incertezas pessoais (novas formas de contratação flexível) e estratégias de envolvimento do *self* (remuneração flexível). Este novo metabolismo social do trabalho transfigura a troca metabólica entre o homem e outros homens (relações sociais de trabalho e sociabilidade) e entre o homem e ele mesmo (auto-estima e auto-referência pessoal).

Podemos identificar alguns traços cruciais da nova morfologia social do trabalho que surge sob o capitalismo global. Eles constituem um processo de conformação do sujeito humano que trabalha, caracterizado pela *quebra* dos coletivos de trabalho, *captura* da subjetividade do homem que trabalha e *redução* do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria. Portanto, podemos caracterizar a nova morfologia social do trabalho por dinâmicas psicossociais que implicam a dessubjetivação de classe, “captura” da subjetividade do trabalhador assalariado e redução do trabalho vivo a força de trabalho como mercadoria.

1. Dessubjetivação de classe

Os processos de dessubjetivação de classe implicam dinâmicas sociais, políticas, ideológicas e culturais que levam a dissolução de “coletivos do trabalho” impregnados da memória pública da luta de classe. Eles são produtos de ofensivas do capital na produção, como, por exemplo, os intensos processo de reestruturação produtiva que ocorreram nas grandes empresas capitalistas, principalmente a partir de meados da década de 1970; ou na política, com as experiências históricas de derrotas sindicais e políticas da classe operária nos últimos trinta anos. Por exemplo, as derrotas eleitorais que levaram a eleição de Margaret Thatcher, no Reino Unido, em 1979 e Ronald Reagan nos EUA, em 1980; ou, no caso da América Latina, os golpes militares que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, como a derrubada do governo socialista de Salvador Allende no Chile, em 1973; ou ainda, no caso do Brasil em 1989, a derrota eleitoral da Frente Brasil Popular e a eleição do candidato Fernando Collor de Melo, que implementou políticas neoliberais. Enfim, derrotas históricas do trabalho no

processo de luta de classes levaram, como resultado irremediável, a intensos processos sociais de dessubjetivação de classe.

Ao mesmo tempo, a ofensiva do capital significou a vigência da ideologia do individualismo na vida social. Desvalorizam-se práticas coletivistas e os ideais de solidarismo coletivo na qual se baseavam os sindicatos e os partidos do trabalho e disseminam-se na cultura cotidiana. influenciada pela mídia, publicidade e consumo, os ideais de bem-estar individual, interesse pelo corpo e os valores individualistas do sucesso pessoal e do dinheiro. É nesse mesmo contexto histórico-cultural que ocorre a degradação da política, no sentido clássico, e a corrosão dos espaços públicos enquanto campo de formação da consciência de classe contingente e necessária, e portanto do *em si e para si* da classe social como sujeito histórico.

Nos últimos trinta anos, o neoliberalismo tornou-se a forma histórica dominante dos processos de dessubjetivação de classe no capitalismo global. No contexto histórico da economia, política e cultura neoliberal, buscou-se restringir e eliminar o desenvolvimento da consciência de classe e da luta de classes. No *habitat* da consciência social, a consciência de classe é uma espécie em extinção. Nos locais de trabalho reestruturados, salienta-se a presença da individualização das relações de trabalho e a descoletivização das relações salariais. A crise do Direito do Trabalho, que se interverte em Direito Civil, é um exemplo da individualização e descoletivização das relações de trabalho na sociedade salarial.

É importante salientar que os processo de dessubjetivação de classe implicam desmontes de coletivos laborais como traço intrínseco das dinâmicas reestruturativas do capital nas últimas décadas. O desmonte de coletivos de trabalho constituídos por operários e empregados vinculados ao *ethos* da solidariedade de classe, é o desmonte da memória pública de organização e luta de classe. Os novos coletivos laborais constituídos por jovens operários e empregados, tendem a destilar o *ethos* do individualismo que impregna a sociedade civil neoliberal.

O processo de dessubjetivação de classe é produto da destruição do passado. Como observou Eric Hobsbawn, “a destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX.” Na verdade, a reestruturação capitalista, ocorrida no bojo da crise estrutural do capital, operou a destruição do passado implodindo os *locis* de memória coletiva – e diga-se de passagem: coletivos sociais constituídos no decorrer das lutas de classes do tempo passado. Prossegue

Hobsbawn: “Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época e que vivem.” (HOBSBAWN, 1995). Por isso, a luta contra o capital é a luta contra o esquecimento.

No capitalismo global, o coletivo de trabalho é reconstituído segundo o espírito do toyotismo, cuja regulação salarial, é baseada na “captura” da subjetividade do homem que trabalha, com a constituição das equipes de trabalho, a adoção da remuneração flexível e a perseguição de metas de trabalho. Ora, cada dispositivo organizacional da gestão toyotista possui um sentido de dessubjetivação das individualidades pessoais de classe. Na verdade, trata-se de uma operação contínua de “quebra” da subjetividade de classe, para que possa “envolve-la” nos requisitos do novo produtivismo e, deste modo, operar a “redução” do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria.

Por exemplo, a adoção da *lean production* ou “empresa enxuta” significa a obnubilização do “trabalhador social” no plano da consciência contingente de operários e empregados por meio da reestruturação do “trabalhador coletivo” do capital. A fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados, no sentido da fragilização (ou flexibilização) dos laços contratuais, opera um processo de dessolidarização com impactos disruptivo na formação da consciência de classe contingente e necessária. A lógica da “redução de custos”, que atinge principalmente os *recursos* da força de trabalho, é, na verdade, uma forma de produção artificial da escassez que possui um significado simbólico: constranger (e emular) a força de trabalho.

Com a adoção da remuneração flexível ligada ao plano de metas, o trabalhador assalariado torna-se “carrasco de si mesmo”. A quebra da auto-estima como pessoa humana e a “administração pelo medo”, estilhaçam a “personalidade autônoma” do trabalho vivo, “reconstruindo-se” uma individualidade pessoal mais susceptível às demandas sistêmicas do capital. A corrosão da “personalidade pessoal” leva à construção de “personalidades-simulacro”, tipos de personalidades mais particulares, imersas no particularismo estranhado de mercado.

Desmonta-se os nexos sociometabólicos do sujeito coletivo de classe para que possa se reconstituir (ou re-ordenar) as novas formas de consentimento espúrio nos locais de trabalho reestruturados. Por isso, a dessubjetivação de classe como alfa e ômega do novo metabolismo social do trabalho nas empresas reestruturadas é o pressuposto essencial dos novos métodos de gestão baseados no “espírito do toyotismo”.

2. “Captura” da subjetividade do homem que trabalha

A “captura” da subjetividade é a “captura” da intersubjetividade e das relações sociais constitutivas do ser genérico do homem. É ela que explica o movimento de dissolução de coletivos de trabalho e reconstrução de novos coletivos/equipes ditas “colaborativas” com as idéias da empresa. Ao desconstruir/reconstituir “coletivos de trabalho”, o capital opera um movimento de “captura” da subjetividade. Neste movimento, reencontramos o homem social, o trabalhador coletivo como criação do capital.

Ao dizermos “subjetividade”, ocultamos, no plano discursivo, uma verdade essencial: a subjetividade é intrinsecamente intersubjetiva. O homem é acima de tudo, uma *individualidade social*. Portanto, o discurso da “subjetividade” em si, tende a ocultar uma dimensão profunda desta “captura”. Isto é, ela não é apenas controle/manipulação das instâncias psíquicas do sujeito burguês, do homem que trabalha, apreendido como uma mônoda social, mas a corrosão/inversão/perversão do ser genérico do homem como ser social. Não podemos conceber o sujeito humano sem as teias de relações sociais nas quais ele está inserido.

É importante destacar que, ao dizermos “captura” da subjetividade, colocamos “captura” entre aspas para salientar o caráter problemático (e virtual) da operação de “captura”, ou seja, a captura *não* ocorre, *de fato*, como o termo poderia supor. Estamos lidando com uma operação de produção de consentimento ou unidade orgânica entre pensamento e ação que *não* se desenvolve de modo perene, sem resistências e lutas cotidianas.

Enfim, o processo de “captura” da subjetividade do trabalho vivo é um processo intrinsecamente contraditório e densamente complexo, que articula mecanismos de coerção/consentimento e de manipulação não apenas no local de trabalho, por meio da administração pelo “olhar”, mas nas instâncias sócio-reprodutivas, com a pleora de valores-fetiches e emulação pelo medo que mobiliza as instâncias da pré-consciência/inconsciência do psiquismo humano (ALVES, 2007).

Por outro lado, o processo de “captura” da subjetividade do trabalho como inovação sócio-metabólica tende a dilacerar (e estressar) não apenas a dimensão física da corporalidade viva da força de trabalho, mas sua dimensão psíquica e espiritual, que se manifesta por sintomas psicossomáticos. O toyotismo é a administração *by stress*,

pois busca realizar o impossível: a unidade orgânica entre o *núcleo humano*, matriz da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho como atividade significativa, e a *relação-capital* que preserva a dimensão do trabalho estranhado e os mecanismos de controle do trabalho vivo.

Na sociedade burguesa, como observou Marx e Engels, a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante que constitui seus aparatos de dominação hegemônica pela manipulação midiática das instâncias pré-conscientes e inconscientes do psiquismo humano. O capitalismo manipulatório levou à exaustão os recursos de manipulação das instâncias intrapsíquicas do homem, pelas quais se constituem os consentimentos espúrios à dominação do capital nas “sociedades democráticas”.

O sociometabolismo do capital ocorre por meio do tráfico de valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que incidem sobre as instâncias intrapsíquicas. Na medida em que o toyotismo se baseia em atitudes e comportamentos pró-ativos, a construção do novo homem produtivo utiliza, com intensidade e amplitude, estratégias de subjetivação que implicam a manipulação incisiva da mente e do corpo por conteúdos ocultos e semi-ocultos das instâncias intrapsíquicas.

Ao privilegiar habilidades cognitivo-comportamentais, o método toyota é obrigado a imiscuir-se, como as estratégias de marketing, nas instâncias do psiquismo humano. Controlar atitudes comportamentais tornou-se a meta dos treinamentos empresariais, mobilizando valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que atuam nas frequências intrapsíquicas do inconsciente e do pré-consciente. Os consentimentos espúrios que compõem a hegemonia social do toyotista têm na emulação pelo medo, um dos afetos regressivos da alma humana, um dos seus elementos cruciais. Aliás, o sociometabolismo da barbárie é uma “fábrica do medo” que, enquanto afeto regressivo que atua na instância do pré-consciente e do inconsciente, torna-se a “moeda de troca” dos consentimentos espúrios das individualidades de classe. A função estrutural da barbárie social é a produção simbólica do medo como afeto regressivo da alma humana.

A produção do capital é também produção (e negação) de subjetividades humanas. O sócio-metabolismo do capital é constituído por processo de subjetivação que formam as individualidades de classe. Os tipos humanos, que a sociedade burguesa produz, forma e deforma, têm impressas, em si, na mente e no corpo, a marca do fetichismo da mercadoria. A individualidade de classe, na medida em que é a negação

da individualidade pessoal, tensiona ao limite de sua própria negação, a subjetividade humana. É por isso que a história social e cultural da psicanálise foi marcada no século XX pelo problema do narcisismo (do ego ao *self*²) (ZARETSKY, 2006).

Na verdade, a subjetividade humana imersa no metabolismo social do capital é uma “subjetividade em desefetivação”, estressada pelas teias da manipulação social. Esta condição histórica da práxis social em sociedades do fetichismo da mercadoria coloca imensos desafios à “negação da negação”. O fetichismo da mercadoria e a plethora de fetichismos sociais, que se constituem a partir dele, colocam constrangimentos cruciais à produção da subjetividade humana nas sociedades mercantis complexas.

Entretanto, o capital como sistema de controle do metabolismo social, e “até o presente, de longe a mais poderosa estrutura ‘totalizadora’ de controle do metabolismo social que surgiu no curso da história humana” (MÉSZÁROS, 2002), instaura processos de subjetivação intrincavelmente paradoxais e contraditórios. Ao mesmo tempo que, por meio do desenvolvimento das forças produtivas sociais, o capital amplia a capacidade humana, isto é, o “espaço reservado pra alma e pra inteligência no templo da natureza” (SHAKESPEARE, 1988)³, ele tende a obstaculizar, dilacerar e limitar o desenvolvimento da personalidade humano-genérica, pela manipulação incisiva dos seus traços ontologicamente fundantes e fundamentais, como a linguagem e a capacidade simbólica do homem.

No plano da linguagem, é indiscutível a intensificação da manipulação que surge a partir do novo complexo de reestruturação produtiva, com o surgimento do imperialismo simbólico e novos léxicos que habitam o universo locucional das individualidades de classe. Além do aspecto ideopolítico, a utilização dos novos vocábulos no mundo do trabalho têm uma função psicossocial. Com Gramsci, diríamos que o “novo terreno ideológico” que nasce com o toyotismo, é também uma nova “atitude psicológica” que “alimenta a afirmação da “aparência” das superestruturas” (GRAMSCI, 1984b). A troca do nome de operários ou empregados por “colaboradores” não é inocente (Ohno chamava as empresas fornecedoras de “empresas colaboradoras”,

² *Si mesmo* (ing. *self*) é um termo que tem uma longa história na psicologia. William James, em seu livro intitulado *Psychology: The briefer course*, de 1892, distingue entre o “eu” (ego), como a instância interna conhecedora (*I as knower*), e o “si mesmo” (*self*), como o conhecimento que o indivíduo tem sobre si próprio (*self as known*).

³ Disse-nos William Shakespeare, por meio de seu personagem Laertes, em *Hamlet*: “Pois a natureza não nos faz crescer apenas em forças e tamanho. À medida que este templo se amplia, se amplia dentro dele o espaço reservado pra alma e pra inteligência.” (Shakespeare, 1988)

ocultando a relação de poder contido na relação capital *hegemon* do capital concentrado com os pequenos e médios capitais) (OHNO, 1997).

A mudança do universo léxico-locucional no mundo do trabalho deve ser analisada a partir das mudanças que ocorreram para que a sociedade contemporânea passasse a usar este tipo de símbolo para falar de si mesma. Além de ser produto de uma práxis estranhada, é resposta a um fracasso que não podemos desconsiderar.

A saturação de signos e imagens no sistema de controle sociometabólico do capital coloca novos pressupostos materiais para a construção dos nexos psicofísicos do homem produtivo. Os processo de subjetivação (e dessubjetivação) ocorrem por meio de signos e imagens. Os conteúdos manipulatórios têm que assumir a forma de signos e imagens para instaurar os tráficos intrapsíquicos. Por isso, os valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado que constituem as inovações sociometabólicas e compõem o nexo psicofísico do homem produtivo do sistema toyota de produção, assumem a forma de signos e imagens. Elas atuam como imagens de consumo e consumo de imagens e signos. Nesse caso, a imagem está ocupando o lugar de um discurso ideológico.

Na instância do consumo, lócus crucial do processo de subjetivação, a manipulação através da imagem de *marca*, por exemplo, é uma nova forma de fetichismo que se dissemina à exaustão. Observa Otilia Arantes: “...o próprio ato de consumir se apresenta sob a aparência de um gesto cultural legitimador, na forma de bens simbólicos – como se disse à exaustão: de imagens ou de simulacros. É a forma-mercadoria no seu estágio mais avançado como forma-publicitária. O que se consome é um estilo de vida e nada escapa a essa imaterialização que tomou conta do social...a cultura tornou-se peça central na máquina reprodutiva do capitalismo, a sua nova mola propulsora.” (ARANTES, 1998 Apud FONTENELLE, 2002).

É importante salientar que, no caso do fordismo, o nexos psicofísico era constituído, segundo Gramsci, pela ideologia puritana e pela repressão sexual. No caso do toyotismo, o nexos psicofísico se constitui pela disseminação dos valores-fetiches, expectativas e utopias de mercado e pela liberação dos instintos, ao mesmo tempo que preserva a disciplina da vida industrial (o que é um poderoso agente estressor). Talvez o estressamento da corporalidade viva seja estratégia defensiva das individualidades de classe cindidas à exaustão pelos novos processos de subjetivação do capital..

O discurso da “subjetividade” tende a ocultar a dimensão profunda da “captura”: a desefetivação do ser genérico do homem. Isto é, a “captura” da subjetividade não é

apenas controle/manipulação das instâncias psíquicas do sujeito burguês, apreendido como mônoda social, mas corrosão/inversão/perversão do ser genérico do homem.

Não podemos conceber o sujeito sem a teia de relações sociais nas quais ele está inserido. Como salientamos acima, a “captura” da subjetividade é a “captura” da intersubjetividade, das relações sociais constitutivas do ser genérico do homem. O que explica, portanto, o movimento levado a cabo pelo capital, de dissolução de coletivos e reconstituição de novos coletivos/equipes colaborativos com as idéias da empresa.

Ora, o Eu não é sujeito, mas é constituído sujeito por meio de uma relação constitutiva com o Eu-Outro. Eis o princípio de uma análise materialista da subjetividade-intersubjetividade. O que significa que as relações sociais são imprescindíveis para a constituição do sujeito que trabalha, já que para se constituir precisa ser o outro de si mesmo. Por isso, o homem que trabalha é uma individualidade intrinsecamente social. O homem enquanto ser genérico se constitui por meio de um processo de *reconhecimento* do outro enquanto eu alheio nas relações sociais, e o reconhecimento do outro enquanto eu próprio, na conversão das relações interpsicológicas em relações intrapsicológicas. Nesta conversão, que não é mera reprodução, mas reconstituição de todo o processo envolvido, há o reconhecimento do eu alheio e do eu próprio e, também, o conhecimento enquanto autoconhecimento e o conhecimento do outro enquanto diferente de mim.

Mas, o sujeito humano é constituído pelas significações culturais, porém a significação é a própria ação, ela não existe em si, mas a partir do momento em que os sujeitos entram em relação e passam a significar, ou seja, só existe significação quando significa para o sujeito e o sujeito penetra no mundo das significações quando é reconhecido pelo outro.

A relação do sujeito com o outro sujeito sempre é mediada. Dois sujeitos só entram em relação por um terceiro elemento, que é o *elemento semiótico*. O que significa que a relação social não é composta apenas de dois elementos (o eu e o outro), mas implica o terceiro elemento mediativo – o *elemento semiótico*. Estamos tratando de um processo intrinsecamente social. Porém, o conhecimento não é só reconhecimento. O ato de conhecer pressupõe a experiência e a imaginação, o mundo do imaginário e do possível diferente do mundo real, mas que está estreitamente relacionado com a realidade social. É nesta perspectiva que o homem que trabalha, o sujeito humano ou a individualidade social, não se localiza na ordem do biológico, mas é constituído e é constituinte de relações sociais mediadas pelo elemento semiótico. Observa Molon:

“Pensar o homem como um agregado de relações sociais implica considerar o sujeito em uma perspectiva da polissemia, pensar na dinâmica, na tensão, na dialética, na estabilidade instável, na semelhança diferente. A conversão das relações sociais no sujeito social se faz por meio da diferenciação: o lugar de onde o sujeito fala, olha, sente, faz, etc. é sempre diferente e partilhado. Essa diferença acontece na linguagem, em um processo semiótico em que a linguagem é polissêmica. Neste sentido, o sujeito não é um mero signo, ele exige o reconhecimento do outro para se constituir enquanto sujeito em um processo de relação dialética. Ele é um ser significante, é um ser que tem o que dizer, fazer, pensar, sentir, tem consciência do que está acontecendo, reflete todos os eventos da vida humana. O sujeito constituído pelas conexões, relações interfuncionais, interconexões funcionais que acontecem na consciência e que conferem as diferenças entre os sujeitos” (MOLON, 2003)

Deste modo, ao tratarmos da subjetividade e da sua “captura” devemos pressupor a intersubjetividade e sua (re)constituição por meio de relações sociais mediadas pela linguagem. No processo da subjetivação/intersubjetivação conduzido pelas novas estratégias empresariais, a manipulação da linguagem e do elemento semiótico torna-se fundamental, na medida em que ela é um dos elementos cruciais da “captura” da subjetividade-intersubjetividade. A “captura” da subjetividade-intersubjetividade pode ser considerado um processo intrinsecamente semiótico, na medida em que o que determina a especificidade do sujeito humano são as interconexões que se realizam na consciência pelas mediações semióticas que manifestam diferentes dimensões do sujeito, entre elas: a afetividade, o inconsciente, a cognição, o semiótico, o simbólico, a vontade, a estética, a imaginação, e etc. Este é o “campo imaterial” onde se disputa a subjetividade do trabalho vivo produtor de valor no capitalismo global.

Ora, o homem que trabalha, a individualidade de classe como trabalho vivo, o sujeito constituído e constituinte nas e pelas relações sociais, é o sujeito que se relaciona na e pela linguagem no campo das intersubjetividades. É por isso que as grandes empresas e suas estratégias de negócios e de produção visam a manipular a subjetividade-intersubjetividade por meio da (re)constituição simbólica e material dos coletivos de trabalho.

Na medida em que o sujeito é uma unidade múltipla, que se realiza na relação Eu-Outro, sendo constituído e constituinte do processo sócio-histórico e a subjetividade é a interface desse processo, o foco das estratégias empresariais tende cada vez mais a

ser a disputa pelo intangível, ou seja, a manipulação do estofo intangível das relações sociais constitutivas (e constituintes) do sujeito humano.

A dinâmica sociometabólica do trabalho estranhado

| |
|--|
| dessubjetivação de classe |
| “captura” da subjetividade do homem que trabalha |
| Redução do trabalho vivo a força de trabalho |

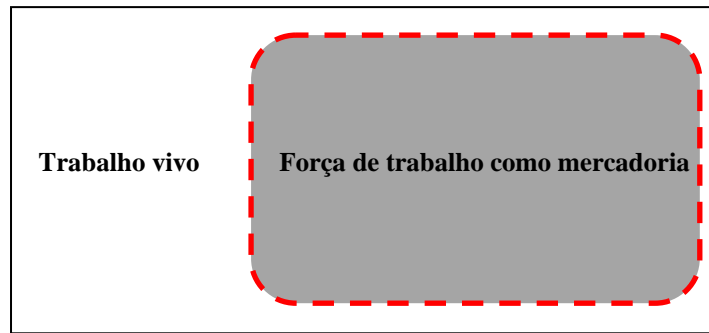
3. Redução do trabalho vivo a força de trabalho

A apreensão do significado da “redução” do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria implica compreendermos o significado do homem que trabalha como individualidade pessoal de classe. Esta nova categoria que apresentamos aqui – individualidade pessoal de classe - é constituída pelo *trabalho vivo* e pela *força de trabalho*:

(1) O *trabalho vivo* é a dimensão do *gênero vivo*, que segundo Marx, está presente na *pessoa*, “na medida em que [ela] se relaciona consigo mesmo como com um ser [*Wesen*] *universal* e por isto *livre*.” A dimensão do “gênero vivo” é produto do processo civilizatório do trabalho como atividade vital (por isso a denominamos de “trabalho vivo”, em contraposição ao “trabalho morto”, categoria negativa da construção categorial marxiana). Esta dimensão humano-genérica da individualidade pessoal é *principium movens* da socialidade humano-genérica.

(2) A *força de trabalho* é a capacidade física e espiritual da corporalidade viva em realizar trabalho útil, aumentando por conseguinte, o valor dos produtos. É importante salientar que a “divisão” da individualidade pessoal em *trabalho vivo* e *força de trabalho* é uma distinção meramente heurística que nos ajuda a apreender o processo de degradação do ser genérico do homem como *pessoa* sob o capitalismo global.

Individualidade pessoal/ Individualidade de classe



O homem como pessoa humana ou ser genérico é uma personalidade integral. Na medida em que a *força de trabalho* torna-se mercadoria – um dos pressupostos essenciais para a extração da mais-valia - ocorre uma cisão no “espaço interior” da individualidade pessoal. Explicita-se uma “divisão interior” que caracterizamos acima. Na verdade, o *homem proletário* como individualidade de classe é um homem *clivado* entre “trabalho vivo” e “força de trabalho como mercadoria”.

De um lado, o “núcleo humano” da pessoa (ou seu gênero vivo ou a vida do gênero) e de outro, a “força de trabalho como mercadoria”, voz interior das disposições sistêmicas do capital. Como “coisa exterior” no âmago do “espaço interior” da pessoa humana, é a força de trabalho como mercadoria que conduz as individualidades de classe. É esta bipartição da personalidade integral do homem proletário que possibilita as operações de manipulação/”captura” da subjetividade do trabalho pelo capital. Uma observação: a cisão primordial da pessoa humana é produto histórico da civilização do capital, com sua acumulação dita primitiva, e não um traço ontológico (ou biológico) da natureza humana.

A clivagem primordial do homem proletário é a “brecha” por onde opera o processo de *subsunção ideal* do trabalho ao capital. que é a *subsunção* do “espaço interior” da pessoa às disposições sistêmicas do capital. Por exemplo, o trabalhador por conta própria é, a rigor, trabalhador assalariado, na medida em que está subsumido ao capital, não no sentido *formal* ou *real*, mas, sim, *ideal*. Ele possui um padrão: é “padrão de si mesmo”, o padrão está dentro de si. Eis a *subsunção ideal* do trabalho ao capital.

A “redução” da pessoa humana à força de trabalho como mercadoria por meio da redução do tempo de vida à tempo de trabalho estranhado é um dos elementos compositivos do novo metabolismo social do trabalho nas empresas reestruturadas. A colonização do tempo de vida pelo “mundo sistêmico” possui uma função orgânica no

metabolismo social do capital: fragilizar a capacidade de resistência à voracidade do capital. Por isso, Karl Marx, em 1867, no pequeno opúsculo intitulado “Salário, Preço e Lucro”, salientou, como bandeira estratégica da luta dos trabalhadores assalariados, a redução da jornada de trabalho. Para Marx, “o tempo é o campo de desenvolvimento humano”. Deste modo, a redução do trabalho vivo à força de trabalho como mercadoria, ou a redução da pessoa humana à mera força de trabalho, é uma operação que reduz ou córroi o campo de desenvolvimento humano-genérico. Na ótica marxiana, o comunismo é a sociedade do tempo livre, onde o trabalho heterônomo se reduz drasticamente, embora não seja eliminado. Na verdade, ele tende cada vez mais a ocupar um pequeno espaço na vida pessoal das individualidades humanas.

“Vida reduzida” e estranhamento

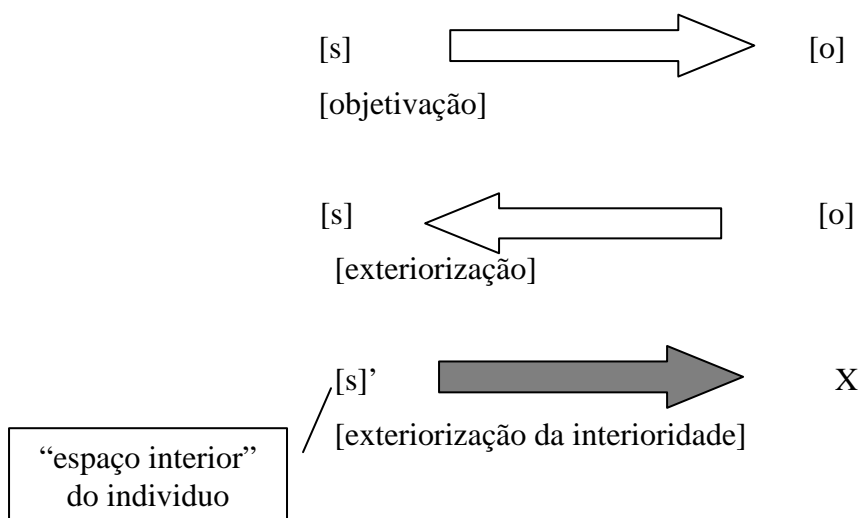
Nas condições do capitalismo global, a extensão do trabalho abstrato pela vida social, com as formas derivadas de valor, promovem o fenômeno da “vida reduzida”. Na medida em que o homem que trabalha, dedica a maior parte do seu tempo de vida à luta pela existência e à fruição consumista desenfreada, ele não se desenvolve como ser humano-genérico. Enfim, torna-se presa da “vida reduzida” que caracteriza as sociedades burguesas hipertardias. A “vida reduzida” é antípoda à “vida plena de sentido” que o homem que trabalha é incapaz de ter no sistema social do capital. Com a vida reduzida, o capital avassala a possibilidade de desenvolvimento humano-pessoal dos indivíduos sociais, na medida em que ocupa o tempo de vida das pessoas com a lógica do trabalho estranhado e a lógica da mercadoria e do consumismo desenfreado.

A “vida reduzida” produz homens imersos em atitudes (e comportamentos) “particularistas”, construídos (e incentivados) pelas instituições (e valores) sociais vigentes. Por isso, as condições de existência social que surgem do metabolismo social do trabalho reestruturado no capitalismo global, contribuem para a exacerbação do fenômeno do “estranhamento” na sociedade burguesa.

Na “Ontologia do ser social”, Lukács decompõe o trabalho ou o pôr teleológico, definido como fenômeno originário e o *principium movens* da vida social, em dois movimentos distintos.

Primeiro, a *objetivação* (*die Vergegenständlichung*), que é o processo de produção do objeto [o] pelo sujeito [s]; e o segundo, a *exteriorização* (*die Entausserung*), que é o

processo de retorno do objeto [o] sobre o sujeito [s] que o criou. Este “retorno” é a base do processo civilizatório.



O homem é um animal que se fez homem por meio do trabalho, principalmente como *exteriorização*, no sentido da *resposta* às novas condições sócio-ontológicas criadas pelo “novo” que é o objeto criado (o ser social se distingue do ser orgânico e do ser inorgânico por ser, ele próprio, a *reiteração do novo*). Enfim, o objeto criado sempre *desafia* o homem como sujeito. O trabalho, vale dizer, segundo Lukács, vai se tornar o modelo da práxis social, com a dialética do trabalho sendo utilizada, *cum grano salis*, para entender a praxis do homem nas atividades sócio-reprodutivas.

Mas o homem é “um ser que dá resposta”, salienta o Lukács. O que significa que a *exteriorização* é, de certo modo, *exteriorização da interioridade* ou explicitação da personalidade do ser genérico do homem, que pode ser exteriorização da personalidade humano-genérica (o que vai depender do meio social, isto é, das relações sociais de produção da vida).

No modo de produção do capital, a *exteriorização da interioridade* tende a *inverter-se* em subsunção do homem ou do sujeito [s] ao objeto [o], que aparece, nesse caso, como “coisa”. A intersubstituição do objeto [o] em “coisa” [c] é produto histórico de um determinado modo de controle do metabolismo social, com suas instituições e valores sociais estranhados.

Enquanto modo de controle estranhado baseado na propriedade privada dos meios de produção da vida e na divisão hierárquica do trabalho, o capital aparece como a “coisa” ou objetos/objetivações, isto é, instituições sociais estranhadas ou valores-

fetiches, que tendem a “reduzir”, por exemplo, o homem que trabalha ou o *trabalho vivo* à mera *força de trabalho* para a reiteração do sistema. A “vida reduzida” é, portanto, resultado de um modo de controle do metabolismo social. Institui-se, deste modo, um sistema social que *não* contribui para a explicitação (ou formação) de uma interioridade humana, no sentido de um ser genérico capaz de ir além do objeto dado, capaz de transcender as condições degradantes da sua hominidade humana.

Na sociedade burguesa busca-se suprimir o sujeito humano no sentido de ser genérico, racional e consciente, capaz da “negação da negação”. Não interessa formar homens com capacidade crítica, mas apenas força de trabalho ou indivíduos reduzidos a sua mera particularidade, incapazes de escolhas radicais. Enfim, eis a natureza do estranhamento social.

O que possibilita o fenômeno do estranhamento social é a possível divergência entre os dois momentos no interior do mesmo ato: o momento da objetivação/exteriorização e o momento da exteriorização da interioridade (ou o momento da escolha pessoal), que sob condições sócio-históricas do mundo do capital, tende a negar o homem. Isto é, o espaço de autonomia da subjetividade e, por conseguinte, a realização do ser genérico do homem, pode ser tendencialmente suprimido pelas exigências da produção e reprodução social.

Mas o fato da “exteriorização da interioridade” ocorrer sob situações idênticas (o mundo do capital e as exigências estranhadas da produção e reprodução social), *não* significa que as reações subjetivas ou escolhas pessoais sejam as mesmas. Enfim, se o homem, segundo Lukács, é um ser que dá respostas, a resposta é mediada, em si, pela dialética entre particularidade social e singularidade pessoal de classe. Por isso, por exemplo, sob a situação idêntica da exploração no local de trabalho, alguns adoecem e outros não; ou ainda, uns escolhem revoltar-se, e outros, não (o que vai depender da dialética entre particularidade social e singularidade pessoal de classe).

Nicolas Tertulian observa: “O campo da alienação/estranhamento se situa no ‘espaço interior’ do individuo como uma contradição vivida entre (1) a aspiração por uma autodeterminação da personalidade e a multiplicidade das suas qualidades e (2) das suas atividades que visam à reprodução de um todo estranho”.

Na ótica lukácsiana, diante da distorção entre objetivação/exteriorização e exteriorização da sua interioridade (ou “espaço interior” do individuo), entre a auto-expressão de sua personalidade e o comportamento do individuo como agente da reprodução social, existem *escolhas pessoais* irremediáveis, mediadas pela

particularidade social que se traduzem, ou na aceitação do *statu quo* social, com bloqueios e rechaçamentos da auto-expressão da personalidade; ou em atos de resistência e de oposição ativa (desde reações individuais contingentes até reações coletivas de caráter sindical ou político).

Na medida em que a distorção entre objetivação/exteriorização e exteriorização da sua interioridade (ou “espaço interior” do indivíduo) – que é o problema do estranhamento social – torna-se o problema crucial da ordem burguesa, o capital busca investir cada vez mais na manipulação do “espaço interior” dos indivíduos, construindo, deste modo, os consentimentos espúrios.

Na verdade, é no campo da “exteriorização da interioridade” – ou das *escolhas pessoais* por meio de *valores-fetiches* e suas *imagens de valor* - que opera a “captura” da subjetividade e da intersubjetividade do homem que trabalha. A manipulação social se dá principalmente por meio da produção recorrente de indivíduos reduzidos à mera particularidade, capazes de aceitarem os valores-fetiches, reiterando a ordem das coisas e a vida reduzida.

A título de conclusão: precarização do homem que trabalha e crise do trabalho vivo

A dinâmica histórica posta pelo novo metabolismo social do trabalho com a nova precariedade salarial, instaura o que podemos denominar de “crise do trabalho vivo”. Ela se compõem do seguinte complexo de crises que decorrem do processo de precarização do homem que trabalha: (1) crise da vida pessoal, (2) crise de sociabilidade e (3) crise de auto-referência humano-pessoal.

Torna-se necessário investigações capazes de apreender as múltiplas determinações concretas destas crises do trabalho vivo que dilaceram a subjetividade e a intersubjetividade do homem que trabalha. Elas compõem o todo orgânico da deriva civilizacional que caracteriza a desefetivação do ser genérico do homem nas condições históricas da barbárie social. Nosso objetivo, a título de conclusão, é apenas indicar o significado de cada uma delas.

1. crise da vida pessoal

É a crise do homem com seu espaço de vida, isto é, o tempo de vida como campo de desenvolvimento humano. Ela decorre do processo de redução do trabalho

vivo à força de trabalho de trabalho como mercadoria. A redução do *tempo de vida* à *tempo de trabalho estranhado* é uma operação cotidiana de despersonalização do homem ou de perversão/inversão do “núcleo humano” em “núcleo animal”. Nos “Manuscritos econômico-filosófico” (1844), Marx observa: “...o homem (o trabalhador) só se sente como [ser] livre e ativo em suas funções animais, comer, beber e procriar; quando muito ainda, habitação, adornos, etc., e em suas funções humanas só [se sente] como animal. O animal se torna humano, e o humano animal”. Eis o significado essencial do que podemos denominar de *barbárie social*.

2. crise de sociabilidade

É a crise do homem com outros homens e o dilaceramento dos laços sociais que constituem a sociabilidade humano-genérica. Na medida em que esvaziam-se os espaços de reconhecimento do outro enquanto eu alheio nas relações sociais (espaço de socialização), e os espaços de reconhecimento do outro enquanto eu próprio (espaços do *self*), córroi-se o espaços de vida humano-genérica. A fragmentação dos coletivos de trabalho (e de vida) por conta da “modernidade líquida” (BAUMAN, 2000), deterioram os laços sociais que tecem os espaços de socialização e os espaços do *self*. O novo metabolismo social do trabalho sob o capitalismo flexível, ao disseminar a insegurança (e incerteza) de contratos de trabalho flexíveis, obstaculiza a tessitura de espaços de socialização como lugares de partilha de experiências coletivas.

Na verdade, o mundo do capitalismo global se tornou mais dinâmico e as mudanças de emprego, ou mesmo de carreira durante a vida se tornam cada vez mais comuns. O mercado se torna mutável como antes nunca visto, impregnando-se com a lógica do espaço-tempo do capital financeiro, passando cada vez mais a se pensar no curto e curtíssimo prazo. Este novo metabolismo social da ordem burguesa se reflete na carreira e no emprego do trabalho assalariado. Como observa Sennet, os empreendimentos capitalistas se caracterizam pela “força dos laços fracos”, o emprego passa a ser de curto prazo, há uma falta de perspectiva de compromisso duradouro com a empresa gerando assim uma certa falta de lealdade institucional. Os empregados tendem a ficar “negociáveis” assim que descobrem que não podem contar com a empresa. Na verdade, o fenômeno da “corrosão do caráter”, salientada por Sennet, é subproduto da crise de sociabilidade como redução dos espaços de socialização e espaços do *self* como eixos orgânicos da formação da personalidade humana (SENNET, 1998).

3. crise de auto-referência pessoal

É a crise do homem consigo mesmo na medida em que ocorre a corrosão da sua auto-estima pessoal. Sob a nova ordem salarial, deve-se “quebrar” a auto-estima do “trabalho vivo” como pessoa humana, reduzindo-o a mera “força de trabalho” comprometida com os ideais do capital. É o que podemos denominar de *despersonalização* do homem que trabalha. É a redução da *pessoa* àquilo que o filósofo Martin Heidegger (em “Ser e Tempo”) denomina de *das Man* (segundo ele, *das Man* esquece-se de sua liberdade de escolha no mundo das possibilidades e passa a viver no “É”, as propriedades que o mundo lhe atribui. “É”, no conformismo da massa, mais uma “ovelha no rebanho”). Deste modo, a corrosão da auto-estima é a redução do “núcleo humano-genérico” às disposições valorativas do capital. É uma forma de estranhamento que dilacera (ou desefetiva) o ser genérico do homem. É o sentido do estranhamento como alienação da *vida do gênero* como vida da *individualidade pessoal* intervertida em *individualidade de classe*.

A crise de auto-referência pessoal decorre da intensificação da manipulação/”captura” da subjetividade da pessoa que trabalho pelo capital. Primeiro, *reduz* o homem como ser genérico à força de trabalho como mercadoria. Segundo, *ameaça*, no plano imaginário, simbólico e real, as individualidades de classe com a demissão de sua força de força de trabalho. É um mote ideológico para *constranger* a auto-estima e abrir no “espaço interior” da subjetividade humana, “brechas” para a emulação paradoxal de operários e empregados implicados no trabalho estranhado.

Bibliografia

- ALVES, Giovanni (2000). O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo, Editora Boitempo.
- _____(1999) *Trabalho e mundialização do capital – A nova degradação do trabalho no capitalismo global*. Londrina, Editora Práxis.
- _____(2007). *Dimensões da Reestruturação Produtiva – Ensaio de sociologia do trabalho*. Bauru, Editora Praxis.
- _____(2009) *A condição de proletariado*, Bauru, Editora Praxis.
- ANTUNES, Ricardo (1995). *Adeus Ao Trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*, Editora Cortez, São Paulo.

- _____ (1999). Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Editora Boitempo.
- ARANTES, Otilia (1998) *Urbanismo em fim de linha: e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. São Paulo, Edusp.
- BAUMAN, Zygmunt (2000) *Modernidade Líquida*, Jorge Zahar Editores, São Paulo.
- BAKTIN, Mikhail (2001) *O freudismo*. São Paulo: Editora Perspectivas.
- BIHR, Alain (1998) *Da Grande Noite à Alternativa (O Movimento Operário em Crise)*. São Paulo, Editora Boitempo.
- BAUDRILLARD, Jean (2007) *A sociedade de consumo*. Lisboa, Edições 70.
- BOYER, Robert (1986). *La Flexibilité du travail en Europe*, Ed. La Découverte, Paris
- CHESNAIS, François (1996) *A mundialização do capital*. São Paulo, Editora Xamã.
- CHESNAIS, François (Org.) (1998) *A mundialização financeira – gênese, custos e riscos*. São Paulo, Editora Xamã.
- _____ (2005) *A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. São Paulo, Editora Boitempo.
- FREUD, Sigmund (2006) “O Inconsciente” In *Obras Psicológicas de Sigmundo Freud – Escritos sobre a Psicologia do Inconsciente*, São Paulo: Editora Imago.
- FOUCAULT, Michel (1994). *Dits et Écrits*, V. 4, Gallimard: Paris.
- FONTENELLE, Isleide Arruda (2002) *O Nome da Marca – McDonald’s, fetichismo e cultura descartável*. São Paulo, Editora Boitempo.
- GARCIA-ROZA, Luis Alfredo (2004). *Freud e o inconsciente*. São Paulo: Jorge Zahar Editores.
- GRAMSCI, Antonio (1984) *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- _____ (1984b) *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- HARVEY, David (1990). *Los limites del capitalismo y la teoria marxista*. México, Fondo de Cultura Econômica.
- _____ (1992). *Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* (1992). São Paulo. Edições Loyola.
- _____ (2004) *O novo imperialismo*. São Paulo, Edições Loyola.
- HOBBSBAWN, Eric (2001) *A Era dos Extremos*. São Paulo: Editora Paz e Terra
- HOLZ, Hans Heinz; KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang (1969) *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.

- IANNI, Octavio (1992). *A sociedade global*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JAMESON, Frederic (1988) Pós-modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio, São Paulo: Editora Ática.
- LACAN, Jacques (1999) Seminário - livro 05 – As formações do inconsciente. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores.
- LUKÁCS, Georg (1981). *Ontologia Dell'essere Sociale*, Editori Riuniti, Roma.
- MARX, Karl (1996). *O Capital – Crítica da Economia Política*, Livro 1, Rio de Janeiro, Editora Nova Cultural.
- _____ (1985) *Capítulo VI Inédito de O Capital – Resultados do processo de produção imediata*. São Paulo, Editora Moraes.
- _____ (1983) *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo, Editora Martins Fontes.
- _____ (2004) *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Editora Boitempo.
- _____ e ENGELS, Friedrich (1998). *Manifesto Comunista*, São Paulo. Editora Boitempo.
- MATTOSO, Jorge (1995). *A Desordem do Trabalho*, Editora Scritta, Campinas.
- MOLLON, Phil (2005) *O Inconsciente – Conceitos de Psicanálise*, São Paulo, Viver (Mente e cérebro)
- MORAES, Eliana (2002) *O Corpo Impossível*. São Paulo, Iluminuras / Fapesp.
- MENEGAT, Marildo (2003) *Depois do fim do mundo – A crise da modernidade e a barbárie*. Rio de Janeiro, FAPERJ/Relume Dumará.
- _____ (2006) *O olho da barbárie*. São Paulo, Editora Expressão Popular.
- MÉSZÁROS, István (2002). *Para além do capital – Rumo a uma teoria da transição*. Campinas/São Paulo. Editora da UNICAMP/Boitempo Editorial.
- _____ (2003) *O século XXI: socialismo ou barbárie*. São Paulo. Boitempo,
- NETTO, José Paulo (1981). *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas
- OHNO, Taiichi (1997) *O Sistema Toyota de Produção – Além da produção em Larga Escala*. São Paulo, Editora Bookman.
- POCHMANN, Marcio (2001) *O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu*. São Paulo. Editora Boitempo.

- ROUDINESCO, Elizabeth e PLON, Michel (1998) *Dicionário de Psicanálise*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- SENNET, Richard (1998) *A Corrosão do Caráter*. Rio de Janeiro, Editora Record.
- SHAKESPEARE, William (1988). *Hamlet*. Tradução: Millor Fernandes. Porto Alegre: LP&M Editora.
- SILVEIRA, Paulo e DORAY, Bernard (Org.) (1989) *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo, Editora Vértice.
- VASAPOLLO, Luciano (2005) *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo. Expressão Popular.
- ZARETSKY, Eli (2006) *Segredos da alma – Uma história sociocultural da psicanálise*. São Paulo, Editora Cultrix.
- ZIZEK, Slavoj (2003) “Fétichisme et subjetivation interpassive”, *Actuel Marx*, No. 34. Paris, Presses Universitaires de France (PUF).